



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE PSICOLOGIA

SAMUEL SILVA MIRANDA

JUVENTUDES EM CONTEXTOS DE RURALIDADES: UMA HISTÓRIA DE
AUSÊNCIA DO ESTADO

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2024

Samuel Silva Miranda

Juventudes em contexto de ruralidades: uma história de ausência do estado

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Miracema do Tocantins, para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M672j Miranda, Samuel Silva.
 Juventudes em contexto de ruralidades: uma história de ausência do
 estado. / Samuel Silva Miranda. – Miracema, TO, 2024.
 40 f.

 Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2024.
 Orientadora : Juliana Biazze Feitosa

 1. Política social. 2. Juventude. 3. Ambiente rural. 4. Direito Humanos. I.
 Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SAMUEL SILVA MIRANDA

JUVENTUDE EM CONTEXTO DE RURALIDADES: UMA HISTÓRIA DE AUSÊNCIA
DO ESTADO

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Miracema do Tocantins, Curso de Psicologia, foi avaliado para a obtenção do título de bacharel em Psicologia e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data da Aprovação ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dra. Juliana Biazze Feitosa, orientadora, UFT.

Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, examinador, UFT.

Prof. Me. Carina Gæssika I. do Monte, examinadora, RURALTINS.

Dedico esse trabalho ao Luccas, meu amado parceiro, o qual esteve ao meu lado durante esse percurso, sempre acreditou no meu potencial e me motivou nos dias difíceis. À minha orientadora, que teve paciência e compreensão com minha rotina de estudo/trabalho. A minha banca, pelas dicas para aperfeiçoar minha pesquisa. E a minha família e amigos que sempre torcem pelas minhas vitórias. E também aos jovens que se dispuseram a conversar comigo, sem os quais essa pesquisa não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Aqui agradeço primeiramente a mim, por ter seguido apesar das dificuldades que vieram nos dias difíceis. Por não ter desistido da faculdade quando achei que não estava aprendendo mais nada, e que não me ajustava na psicologia enquanto profissão, pois logo depois busquei outros significados para a psicologia na minha vida.

Agradeço à minha orientadora por propor esse projeto de pesquisa, e depois ter tido paciência para me orientar em meio a uma rotina muito corrida para nós dois. Esse projeto me trouxe diversos aprendizados e me levou de volta a minha adolescência na roça dos meus pais, para uma rotina sem relógio, baseada no ciclo de cada colheita e no tempo dos animais.

Agradeço à minha família por ter me estendido a mão nas horas difíceis mesmo em meio a tantos conflitos. Especialmente minha mãe, Arenilde, que de uma forma surpreendente sempre acreditou no meu potencial, mesmo quando eu não via de onde tirar essa potência. Agradeço por ela estar sempre batendo na tecla da necessidade de estudar e de ter um curso superior. Sou grato também à minha irmã, Sammya, pelas ligações para reclamar das nossas vidas corridas.

Agradeço ao meu amado companheiro, o Lucas, que me acompanhou em cada surto de alegria e de tristeza, e se manteve do meu lado após todos eles. Agradeço pelo incentivo e pelo exemplo de superação e luta que você me dá todos os dias.

Agradeço aos meus amigos Luciene e Cleiton, para quem eu sempre pude recorrer para passar horas falando sobre os nossos animais. Agradeço pelos encontros quase todos os finais de semana só para beber uma cerveja e reclamar do trabalho.

Agradeço também aos jovens que se dispuseram a realizar esse projeto, sem eles essa pesquisa não seria possível, e com eles pude reconhecer e reviver a existência de outras vivências.

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo analisar como ocorre o processo de desenvolvimento das juventudes em contextos rurais e como o acesso ou não às políticas sociais pode contribuir para esse processo. Nossa pesquisa classifica-se como sendo de campo, qualitativa e documental. Os instrumentos de pesquisa adotados foram: rodas de conversas e entrevistas semiestruturadas com jovens que vivem na zona rural do município de Tocantínia – TO e cursam o ensino médio no período noturno, na extensão rural de ensino da escola Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva. Quanto aos resultados e discussões, identificamos dificuldades de acesso à comunidade devido à distância e qualidade das estradas; o que colabora para o não acesso às políticas sociais básicas por parte dos jovens e de suas famílias. Nesse sentido, verificamos que a promoção de direitos previstos no Estatuto da Juventude e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) torna-se uma utopia, apontando para uma ausência do Estado, mais acentuada nos contextos de ruralidades. Notamos que mesmo que alguns dos jovens entrevistados tenham projetos para se desenvolverem no campo, as dificuldades de acesso ao trabalho, estudo e lazer, tem gerado na grande maioria dos jovens uma baixa perspectiva em relação à vida rural e assim promovido um movimento de êxodo em busca de melhores condições de vida. Tais fatos impactam no processo de desenvolvimento dessas juventudes em contextos rurais, evidenciando que gozar dos ideais burgueses de infância e adolescência tem uma relação direta com a classe social. Por fim, para que esses jovens se desenvolvam em sua plenitude faz-se necessária a passagem para outra forma de sociabilidade, a partir de movimentos coletivos da classe trabalhadora. Enquanto isso não acontece, fica o desafio de assegurar minimamente os direitos sociais, considerando a singularidade e necessidades da vida no campo.

Palavras-chave: Política social. Juventude. Ambiente rural. Direitos humanos.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze how the process of youth development takes place in rural contexts and how access or not to social policies can contribute to this process. Our research is classified as field, qualitative and documentary. The research tools adopted were: conversation circles and semi-structured interviews with young people who live in the rural area of the municipality of Tocantínia - TO and attend high school in the evening, at the rural teaching extension of the Baptist State School Professor Beatriz Rodrigues da Silva. As for the results and discussions, we identified difficulties in accessing the community due to the distance and quality of the roads, which contributes to young people and their families not having access to basic social policies. In this sense, we found that the promotion of rights provided for in the Youth Statute and the Child and Adolescent Statute (ECA) becomes a utopia, pointing to an absence of the state, which is more pronounced in rural contexts. We noticed that even though some of the young people interviewed have plans to develop in the countryside, the difficulties of access to work, study and leisure have led the vast majority of young people to have a low outlook on rural life, thus promoting an exodus in search of better living conditions. These facts have an impact on the development of these young people in rural contexts, showing that enjoying the bourgeois ideals of childhood and adolescence is directly related to social class. Finally, in order for these young people to develop to their full potential, they need to move to another form of sociability, based on collective working class movements. Until this happens, the challenge remains to minimally guarantee social rights, taking into account the uniqueness and needs of rural life.

Keywords: Social policy. Youth. Rural environment, Human rights.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CAMINHO METODOLÓGICO	15
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
3.1	Juventudes rurais: onde vivem?	18
3.2	Políticas sociais voltadas para essa juventude: uma realidade ou utopia?	19
3.3	Projetos e singularidades da juventude rural.....	25
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE A – Entrevista semiestruturada	35
	APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	37

1 INTRODUÇÃO

Quando nos aprofundamos nos estudos referentes à juventude em contextos de ruralidades, nos deparamos com os mais diversos desafios que essas pessoas enfrentam para que possam se desenvolver e permanecer no seu território de origem. Como exemplo pode-se evidenciar as dificuldades de acesso às políticas de educação, aos serviços de saúde, que muitas vezes situam-se somente nas cidades que ficam a quilômetros de distância das comunidades e a ausência de políticas sociais¹ voltadas para o fomento da permanência do jovem no campo, uma vez que essa população é suscetível a um aprofundamento das desigualdades sociais, que extingue suas expectativas de desenvolvimento no meio rural.

A juventude rural é uma categoria social diversa, construída a partir de experiências de sociabilidade, trabalho, estudo, troca cultural e interação socioambiental (SOUZA *et al.*, 2023 p. 02). Esse artigo tem por objetivo analisar como ocorre o processo de desenvolvimento dessas juventudes em contextos rurais, buscando compreender como as relações de classe, a realidade concreta e o acesso às políticas sociais interferem nesse processo.

Esse campo de pesquisa foi escolhido a partir da vivência de estágio curricular obrigatório ao realizar uma ação referente ao mês de prevenção à violência contra a mulher, promovida pelo Centro de Referência de Assistência Social de Tocantínia - CRAS, destinada aos alunos, professores e técnicos da Escola Municipal Ana Alves de Brito, que oferta o ensino de educação infantil ao ensino fundamental e cede seu espaço no período noturno para que a Escola Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva disponibilize aulas do ensino médio, para os estudantes que residem no povoado Palminha e também nas localidades aos arredores.

Tocantínia é um município do estado do Tocantins, região Norte do Brasil, localizado a aproximadamente 75 km ao norte da capital Palmas. A cidade é conhecida por sua história e cultura ligada aos povos indígenas, especialmente os da etnia Xerente, que habitam a região. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE;2024), a cidade, que fica situada às margens do rio Tocantins, possui uma população de 7.459 pessoas, das quais em

¹ Políticas Sociais: segundo Jaccoud (2007), são iniciativas públicas essenciais para promover a cidadania, e reduzir as desigualdades geradas pela exploração econômica capitalista, através da ampliação do acesso aos serviços públicos e efetivação dos direitos sociais, que são garantias fundamentais destinadas a promover a dignidade e o bem-estar dos indivíduos.

sua grande maioria reside fora do que é demarcado como zona urbana, distribuindo-se entre aldeias indígenas, assentamentos, povoados² e pequenas propriedades rurais.

Na ação, realizada no povoado Palminha foi possível perceber algumas dificuldades enfrentadas pelas pessoas ali presentes, destacando-se a dificuldade de acesso às políticas sociais de saúde, uma vez que o assentamento fica a 53 quilômetros da cidade e o acesso se dá por meio de estradas sem pavimentação, que boa parte do ano fica intransitável devido às chuvas e falta de manutenção. Algumas professoras relataram também o alto consumo de álcool pelos adolescentes, que produziu o seguinte questionamento: o que mais há para um adolescente fazer nesse contexto de ausências? Como se constrói a juventude nesse contexto de ruralidades, no capitalismo? Sendo esses os questionamentos que movem esta pesquisa.

Ao buscar uma definição do que é esse contexto rural, nos deparamos com teorias divergentes sobre as diferenças entre o que é rural e o que é urbano. De acordo com a regra oficial do IBGE (2024), o espaço rural é definido como as áreas externas ao perímetro urbano legalmente estabelecido, ou seja, que ficam nos arredores dos municípios. Sposito (2006) aponta que é ingenuidade acreditar que por meio da adoção de critérios apenas demográficos é possível estabelecer e multiplicar parâmetros capazes de capturar a complexidade do que é urbano e do que é o rural em um país marcado por grande diversidade e disparidades regionais. Assim, propõe que a abordagem desses fenômenos não pode se limitar a critérios numéricos, pois isso não permite uma compreensão da totalidade dos processos em jogo. Dessa forma, a compreensão desses movimentos na realidade deve ser feita sob a luz de uma perspectiva histórica, já que “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações” (WILLIAMS, 1989, p. 387).

Monte-Mór (2006) reforça uma visão de que as fronteiras entre o espaço urbano e rural se tornaram cada vez mais difusas e difíceis de identificar, à medida que os adjetivos “urbano” e “rural” perderam sua clareza dicotômica. No entanto, para Moreira (2005) a dicotomia entre rural e urbano permanece inalterada, uma vez que o rural ainda é visto como um símbolo de atraso e falta de cultura, mesmo com sua crescente inserção na modernidade. Em contraste, o urbano é frequentemente visto como o auge da civilização, com base em uma visão essencialista e unidirecional de cultura, influenciada pelos ideais iluministas e pela antropologia clássica. Essa perspectiva sugere a existência de um único caminho cultural que vai do estágio das

² Povoado: é uma comunidade rural ou um pequeno agrupamento de casas e famílias em uma área rural específica sem autonomia administrativa própria, estando sob a jurisdição de um município. É caracterizado pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender tanto os moradores quanto pessoas de áreas rurais próximas (IBGE, 2022).

culturas consideradas “primitivas” até as culturas tidas como “civilizadas” (FERREIRA, 2019, p 36).

Essa ideia de desenvolvimento rural está muito associada ainda aos grandes conglomerados do agronegócio e deixam à margem do desenvolvimento a agricultura familiar e as demais populações que subsistem diretamente da terra, assim como apontam Valadares et al. (2016), quando abordam os impactos do agronegócio sobre a juventude rural e o meio rural de forma crítica. Os autores supracitados destacam que o avanço do agronegócio tem transformado as dinâmicas econômicas e sociais no campo, gerando concentração de terras e dificultando o acesso dos pequenos produtores e jovens à terra. Além disso, os autores ressaltam que o modelo do agronegócio prioriza grandes monoculturas e tecnologias intensivas, o que pode resultar na marginalização dos jovens e na falta de oportunidades para a juventude rural.

Ademais, quando falamos sobre pessoas no campo, suscitam-se as mais variadas formas de consolidação no território que vai desde pequenos agricultores que subsistem da terra, a estes grandes conglomerados do agronegócio, sendo que raramente, há uma preocupação com as populações que vivem nos assentamentos lutando por reforma agrária ou apenas a demarcação de suas terras.

Para Ribeiro (2019), a reforma agrária no Brasil constitui parte da luta contra a concentração de terras improdutivas sob o domínio de uma minoria de proprietários. As ações que desencadeiam na realização da reforma agrária são possibilitadas por políticas sociais que geram os projetos de assentamentos, propiciando aos seus beneficiários passar da condição de sem-terra (ou com pouca terra) a assentado. Assim, o acesso à terra é uma política social que visa proporcionar uma possibilidade de desenvolvimento dos indivíduos a partir do trabalho com a terra, no entanto como será apresentado ainda nesse trabalho, esse acesso muitas vezes é marcado pela ausência de outras políticas sociais, tais como a de saúde e de educação, que são essenciais no estado democrático.

Ao realizar um estudo com esta população, Sousa e os colaboradores (2023) produzem uma análise sobre as expectativas de trabalho e renda dos jovens agricultores familiares no Brasil, sendo possível perceber algumas dificuldades enfrentadas por eles, entre as quais se encontra o “êxodo rural” feito por esses jovens em busca de uma qualidade de vida melhor, devido à falta de acesso à educação de qualidade, a cultura, ao lazer e também a escassez de políticas sociais que proporcionem a permanência do jovem no campo.

Consoante a isso, Valadares (2014) aponta ainda, que desde 1980, a população rural brasileira sofre um processo de “desruralização”, marcado pelo decréscimo contínuo da população no campo, o que alimenta as teses sobre “o fim do rural”. Portanto, entende-se esse

movimento de saída de jovens do meio rural como parte de um movimento demográfico geral é reflexo do processo de urbanização de nossa sociedade, entretanto, o autor também considera que este deslocamento não deve ser interpretado como algo que não pode ser amenizado, o rural representa um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Ademais, a ideia de “fim do rural” ignora que esse espaço de vida singular é constituído historicamente, a partir de movimentos sociais internos e externos que podem ser valorizados pelos jovens que ali residem.

Mendonça (2002), ao traçar um histórico dos avanços das políticas públicas no país aponta que a política social implícita na Lei n 8.069, de 1990, que institui o Estatuto da Criança Adolescente (ECA), se caracterizou pela modificação da tutela jurídica, que passa a ser substituída pelo compromisso do Estado em oferecer assistência integral, pública, gratuita e universal ao jovem, segundo as necessidades de cada fase de seu ciclo de desenvolvimento. Ocorre que isso ainda não é uma realidade no Brasil, pois “grande parte dos jovens de origem rural deseja construir projetos de futuro no campo, no entanto sem promoção de acesso aos direitos básicos, não lhes resta alternativa senão migrar para a cidade” (VALADARES, 2016, p.61).

Atualmente os parâmetros legais para definir o que é juventude não são das tarefas mais fáceis. O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013, define como jovens, as pessoas com idade entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013). Já segundo o ECA (1990), em seu Art. 2º, considera criança para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Ambas as leis reconhecem as populações de quem trata, seja a jovem ou adolescente, como sujeitos de direitos e estabelece diretrizes para a formulação de políticas sociais direcionadas para suas respectivas populações.

No âmbito sociológico, a categoria adolescência/juventude foi se constituindo historicamente enquanto fase do desenvolvimento humano, como podemos observar na obra *História da criança no Brasil*, organizada por Mary Del Priore. O livro reúne diversos estudos de historiadores que investigam como as percepções e as práticas sociais em relação às crianças e adolescentes foram se modificando ao longo do tempo, a partir das necessidades econômicas de cada época.

Assim, segundo Del Priore (1991), somente no século XIX a infância passa a ser vista como uma fase especial, digna de proteção, afeto, cuidados específicos com a saúde e de lazer. E a adolescência, por sua vez, começa a ser percebida como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, com expectativas de preparação para o trabalho e para o cumprimento dos papéis sociais, que eram designados de acordo com os papéis de gêneros estabelecidos, sendo os meninos preparados para trabalhos mais intelectuais e as meninas, para o casamento

e a maternidade. Tem-se aí o marco inicial da escolarização no Brasil e da implementação de políticas públicas voltadas para a infância e posteriormente a adolescência, mesmo que ainda de uma forma muito incipiente (DEL PRIORE, 1991).

A autora supracitada também aponta que, enquanto as crianças da classe burguesa viviam em condições de acesso à educação formal, lazer, cultura e cuidados, às crianças da classe trabalhadora eram geralmente inseridas no mundo do trabalho desde muito cedo, participando de atividades econômicas para garantir a sobrevivência das famílias, que devido às condições sociais de exploração, dependiam do trabalho de todos os membros para continuar subsistindo. Como veremos adiante, essas condições atreladas às crianças e principalmente aos jovens da classe trabalhadora ainda persistem, na medida em que as condições de trabalho muitas vezes adversas e com jornadas longas e exaustivas limitam o acesso à educação formal, cuidados e a oportunidades de lazer, ou mesmo de mobilidade social através da educação.

Somente com o avanço do capitalismo, que passa a exigir uma mão de obra cada vez mais qualificada e técnica, é que a partir dos anos de 1950, começam-se os esforços para produzir políticas públicas através dos estados nacionais, como por exemplo, o fortalecimento das políticas de educação que, segundo Bango (2003), se tornam a principal resposta estatal para uma necessidade de incluir os jovens e crianças no sistema de ensino, a fim de produzir também uma mão de obra mais qualificada às necessidades do mercado na época.

No hodierno, apesar das leis como o ECA (1990), que proíbem o trabalho infantil, garantem a obrigatoriedade da educação e determinam os direitos e deveres das crianças e adolescentes, muitos adolescentes precisam conciliar o trabalho com os estudos para ajudar no sustento da família. Esse contexto perpetua um ciclo de pobreza e limita as oportunidades de mobilidade social. Ademais, esses jovens frequentemente enfrentam discriminação e são estigmatizados devido à sua origem social, o que contribui para a exclusão social e para a perpetuação das desigualdades.

No campo teórico da psicologia, quando pensamos nessa fase da vida do ser humano, nos é remetida uma ideia de que é naturalmente e universalmente um momento de rebeldia, de contradição, de crise e de contestação. Essas ideias foram reforçadas pelas leituras psicanalíticas, ficou indelevelmente impregnada na definição dos adolescentes por livros, teorias e a mídia, “embasando práticas de profissionais das áreas das ciências humanas e saúde e sendo incorporadas pela população e pelos próprios adolescentes (OZELLA, 2003 p.19)”. Conforme o autor citado, essa concepção revela uma construção ideológica natural, patológica e universal de toda uma população; ignorando os contextos históricos e culturais nos quais essa adolescência está inserida.

Quando a Psicologia, pelo filtro das teorias do desenvolvimento, pressupõe essas igualdades entre todos os adolescentes, ela situa as responsabilidades de suas ações no próprio jovem, na medida em que oculta e legitima as desigualdades preexistentes nas relações sociais. No entanto, é necessário superar as visões naturalizantes presentes na Psicologia, e entender a adolescência como um processo de construções sob condições histórico-culturais-sociais específicas (OZELLA; 2003, p.20).

Deste modo, recorreremos a Manzano (2009), que traz uma perspectiva de análise de sujeito, a partir de uma processualidade, de um vir a ser, ou seja, alguém construído à medida que experiencia a ação das forças que circulam no fora, e que, por diferentes enfrentamentos afetam o seu corpo e passam, em parte, a circular também do lado de dentro, apontando para uma produção constante do homem podendo ele ser sentido e percebido como uma existência particular e histórica.

Consonante a isso, Aguiar *et al* (2002) traz que o jovem não é algo “por natureza”. Como um ser social, ele está ali, com suas características, que são interpretadas nessas relações e a partir delas ocorre a construção pessoal. Quando construídas as significações sociais, os jovens têm a referência para a construção de sua identidade e os elementos para a conversão do social em individual, ou seja, ele está em constante construção e desconstrução, a partir das relações sociais que vivencia (AGUIAR, BOCK, OZELLA, 2002, p.169).

É importante demarcar que os autores supracitados apontam a ausência de um pensamento determinista, por exemplo: não é porque um jovem se desenvolveu em meio a um contexto de violência, que ele irá reproduzi-la adiante, mas esse sujeito é atravessado e constituído por essas condições. Portanto, pensar essas condições sociais como constitutivas do sujeito, nos contrapõe a um pensamento positivista que prega uma natureza humana ou um ser humano natural em sua essência, com habilidades e valores dados *a priori*, desde o seu nascimento.

Aqui é fundamental que haja uma adesão à ideia de condição humana trazida por Bock (2000, p 30) para que possamos compreender a realidade desses jovens, uma vez que a autora propõe que, não há natureza humana pronta. Não existem aptidões. A única aptidão do homem é poder desenvolver várias outras aptidões. Assim, o desenvolvimento do indivíduo se dá no contato com a cultura e com os outros homens, e é a partir desse contato que será produzido esses jovens, seres carregados de valores e tendências construídos social e historicamente pela comunidade em que vivem.

Consequentemente há de se falar em “juventudes”, pois as realidades dos jovens são distintas, com diferenças (muitas vezes abissais) quanto à renda familiar, ao acesso ao mercado

de trabalho e ao sistema de saúde, às condições de vida, lazer, estudos e muitas outras variáveis (SOUZA *et al.*, 2023 p. 02). Dessa forma, é necessário reconhecer a singularidade desses adolescentes, sendo que em nossa pesquisa nos voltaremos à construção social da juventude nos contextos de ruralidades, seguindo o caminho metodológico descrito a seguir. Esclarecemos que em nosso estudo adotamos a conceituação sociológica de adolescência/juventude, por isso empregamos ambas as terminologias, sem se apegar a distinção etária entre elas.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

A presente pesquisa se classifica como uma pesquisa de campo qualitativa, uma vez que propõe a coleta de dados diretamente da realidade tal e qual ela se apresenta. Severino (2007) destaca que a pesquisa de campo é uma importante estratégia metodológica nas ciências humanas e sociais, que permite ao pesquisador uma observação mais próxima e detalhada do objeto a ser estudado. Ainda conforme o autor, o método qualitativo visa compreender a realidade em sua complexidade, focando na análise profunda de fenômenos sociais, culturais e humanos. Com esse método é possível fazer uma análise que não considere apenas o indivíduo como ponto de partida, mas sim a totalidade, configurando-se como uma metodologia dialética. O sentido das coisas não está na consideração de sua individualidade, mas na sua totalidade (GADOTTI, 1983, p 25).

Ademais, também pode ser considerada uma pesquisa documental, na medida em que acessamos dados do Ministério da Agricultura, INCRA, IBGE, Estatuto da Juventude e outros registros que pudessem fornecer informações relevantes sobre o objeto de estudo. A pesquisa documental é uma metodologia que possibilita a análise e a interpretação de fontes documentais, sendo uma ferramenta essencial para a compreensão de fenômenos históricos e sociais (SEVERINO, 2007 p. 107).

Esse estudo está vinculado ao macroprojeto da professora orientadora Juliana Biazze Feitosa, intitulado Políticas Sociais e Garantia de Direitos: Análises a partir da História, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins (CEP - UFT), por meio do Parecer 5.177.004. A pesquisa está em conformidade com os princípios estabelecidos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, bem como com os ditames do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Na pesquisa de campo, utilizamos como instrumentos de pesquisa as rodas de conversas e a entrevista semiestruturada, aplicadas aos alunos do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva, que se dispuseram a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (anexo I). Essa escola se situa no centro do povoado palminha, a 53 km de Tocantínia. Configura-se como um prédio simples, dividido em dois blocos, que comportam quatro salas de aulas, uma cantina e banheiros. Não há biblioteca e nem sala para os professores fazerem seus planejamentos, ou um espaço direcionado para o lazer dos estudantes. A equipe pedagógica para o ensino médio conta com

três professores, um coordenador e uma merendeira para o atendimento de 25 alunos.

A roda de conversa permite que o pesquisador acesse as falas e os silêncios sobre as histórias das pessoas inseridas no grupo e também como elas se relacionam entre si. “São espaços coletivos de construção de sentidos, nos quais os participantes interagem discursivamente, contribuindo para a produção conjunta de conhecimento” (MÉLLO et al., 2007, p. 29). Realizamos duas rodas de conversa, em duas visitas à escola com intervalo de 1 semana, sendo abordados os seguintes temas: vida no campo, acesso aos direitos sociais, projeto de vida e perspectivas de futuro. Na primeira visita o trajeto até comunidade foi realizado de motocicleta na companhia do coordenador pedagógico da escola; na segunda vez, foi possível estar junto com a professora doutora e orientadora Juliana Biazze e o motorista, em um transporte da universidade; e a 3 visita foi realizada junto com o motorista no mesmo transporte.

Após a finalização das rodas de conversa, na terceira visita à escola, realizamos a entrevista semiestruturada (anexo II) com dois (02) dos jovens que mais se mostraram abertos ao diálogo durante as rodas de conversa. Nessa modalidade de entrevista, segundo Severino (2007), o entrevistador mantém-se em escuta atenta, praticando um diálogo descontraído, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o entrevistado. Assim, foi possível colher informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. Para facilitar a organização dos dados, tanto as rodas de conversas, quanto as entrevistas foram gravadas e depois transcritas, sendo essa ação previamente comunicada aos participantes.

Os dados foram analisados a partir da metodologia da história oral, pois assim como aponta Oliveira (2005) e Camargo (1993) permite a recuperação dos aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois a pessoa que conta a sua história está inserida em um contexto sócio-histórico. Para Santos (2007) esta modalidade de investigação permite analisar aspectos sócio-histórico-culturais pouco considerados por outras fontes. Por isso, o pesquisador/entrevistador, nessa situação de entrevista, deve esforçar-se para propiciar condições em que fale o menos possível, possibilitando que o narrador/entrevistado fale o máximo que puder.

Para a organização dos dados, criamos categorias de análise, a saber: Juventudes Rurais: quem são e onde vivem; Políticas sociais para essa juventude: uma realidade ou utopia?; Projetos e singularidades da juventude rural. Essas categorias foram criadas a partir da relação dos objetivos da pesquisa com os relatos dos entrevistados durante as rodas de conversa e entrevistas e foram organizadas de forma a apresentar sequências de análises para facilitar a compreensão do conteúdo. É importante destacar que durante a escrita do trabalho utilizou-se

nomes fictícios, a fim de preservar as identidades dos entrevistados, sendo preservado apenas o gênero.

Os dados foram analisados à luz da abordagem sócio histórica, que segundo Aguiar et al (2002) não se limita apenas à observação de comportamentos individuais, mas envolve uma interpretação mais profunda das influências sociais, culturais e históricas que moldam as ações e percepções dos indivíduos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Juventudes rurais: onde vivem?

Os jovens entrevistados neste estudo possuem uma faixa etária entre 15 a 20 anos, como marcador fenotípico, em sua maioria são jovens de pele negra e do gênero feminino. Inicialmente pode se dizer que são pessoas que resistem às adversidades e mesmo assim persistem buscando maneiras particulares de se divertirem e de dar sentido à vida na busca dos seus objetivos.

Residem no povoado Palminha, nas fazendas aos arredores, nos assentamentos Água Fria 1 e Água Fria 2, ambos projetos de assentamento de reforma agrária (POR), sendo esse o modelo mais comum na redistribuição de terras às famílias de trabalhadores rurais. Suas famílias se configuram como pequenos produtores rurais que criam algumas cabeças de gado como atividade principal para a subsistência. Outros sobrevivem da prestação de serviços como roçagem de pasto e construção de cercas e há também uma presença forte de idosos aposentados, principalmente nos povoados.

Segundo dados do site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Assentamento Água Fria 1 possui uma área de 1.219 hectares, com 27 famílias assentadas e se encontra em fase de estruturação, que conforme o INCRA (2024), significa que está em um estágio intermediário do processo de implantação, situação em que as condições básicas estão sendo organizadas (abertura de vias de acesso, disponibilização de água - provisória ou permanente e instalação de energia elétrica em processo). É um momento em que o assentamento está sendo estruturado física, social e economicamente para funcionar como uma comunidade rural e garantir que as famílias possam iniciar suas atividades e viver no local com dignidade. Nessa etapa também há formação de grupos e associações para facilitar o diálogo entre os assentados e os órgãos públicos, assim como uma inserção gradual das famílias em programas de saúde, educação, assistência técnica e desenvolvimento rural.

No entanto, apesar da finalidade de fomentar a subsistência a partir da terra, foi possível perceber durante as idas até a comunidade que se trata de uma terra montanhosa, árida, e por muitas vezes pedregosa; que dificulta o manejo do solo, exigindo a adoção de tecnologias que são pouco acessíveis aos pequenos produtores rurais. Essa percepção foi corroborada pela fala de um dos participantes: “Aqui é muito, muito difícil, até porque agronomia é plantar, né? E aqui a terra é muito ruim. Muito seca. Aqui é difícil” (JOÃO, 2024).

O Assentamento Água Fria 2 conta com uma área de 5.604 hectares, com 135 famílias

assentadas e está em fase de consolidação, que de acordo com o INCRA (2024), significa que passou pelas fases iniciais de criação e instalação e está em um estágio de estabilização social, econômica e ambiental. Nesta fase, o objetivo principal é garantir que as famílias assentadas consigam desenvolver atividades agrícolas e/ou extrativistas de forma produtiva, com geração de renda suficiente para sua subsistência e integração ao mercado, promovendo acesso às condições necessárias para melhorar sua qualidade de vida. A consolidação do assentamento visa transformar o local em uma comunidade rural auto suficiente e integrada à economia local e regional, garantindo que as famílias assentadas tenham segurança jurídica, estabilidade e acesso a políticas públicas de longo prazo. No referido assentamento, existe uma Unidade Básica de Saúde, denominada Dr. Osvaldo Dias Brito e também o Mercadinho Paraíso, buscando atender as necessidades de consumo básico.

A estrada de acesso ao povoado Palminha, saindo de Tocantínia, passou por uma reforma a pouco tempo, no entanto, mesmo no início da estação chuvosa, quando realizamos a pesquisa de campo, a estrada impunha dificuldades ao tráfego. Muitos buracos e curvas íngremes dificultavam a chegada até o destino. Tanto que impediu inclusive o ônibus escolar de levar grande parte dos estudantes à escola no dia da realização da nossa segunda roda de conversa. De acordo com relato dos professores da escola, é uma situação que acontece sempre que chove, pois o ônibus não consegue subir uma última ladeira, já próxima ao povoado, devido ser muito íngreme e escorregadia.

Ao chegar na comunidade Palminha nota-se de imediato duas coisas: o recente desmatamento de uma grande área de cerrado, que é destinada para a plantação de soja bem ao lado da comunidade, e um campo de futebol bem conservado com grama verde e grades de proteção, destoando das casas de barro com cercas baixas, ruas de cascalho e, principalmente, de uma construção abandonada, local em que deveria estar uma escola pública que ofertaria Ensino Médio para as comunidades. A seguir, apresentamos nossa segunda categoria de análise, que aprofunda as discussões apresentadas até aqui.

3.2 Políticas sociais voltadas para essa juventude: uma realidade ou utopia?

Em nosso estudo, foi nosso objeto de análise o acesso ou não às políticas sociais para esse segmento social. Segundo Pereira (2008), a criação das políticas sociais é um processo complexo, multideterminado e contraditório, ao passo que historicamente foi criada para manter o acúmulo de riquezas e a ordem social. Ao estado se atribui a responsabilidade de garantir o

bem-estar social perante as desigualdades vivenciadas pela população, oferecendo condições básicas para que os indivíduos se desenvolvam. Sob uma perspectiva crítica, as políticas sociais

(...) fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população (JACCOUD, 2007, p. 3).

No que se refere à política de educação, um dos grandes desafios relatados pelo coordenador pedagógico e professores do Ensino Médio, que nos acolheram para a realização das rodas de conversa com os adolescentes, de forma geral, foi a evasão escolar dos adolescentes em busca de trabalhos e melhores condições de vida, sendo que a maioria migra em direção a cidade mais próxima: Aparecida do Rio Negro ou Palmas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica³ (IDEB, 2024), do Colégio Estadual Batista foi de 3,5, em uma escala de 0-10. Segundo o portal Qedu (2023), essa nota está abaixo da média nacional, que é 6, apontando que há espaço para melhorias e que a escola pode estar precisando de recursos, como materiais didáticos, formação de professores e investimentos na infraestrutura. Outra informação sobre o IDEB que nos chama a atenção é que no ano de 2023 a escola teve 186 estudantes matriculados no Ensino Médio e um total de 7,1% no índice de abandono, alcançando a média de 13 estudantes em situação de desistência de um total de 186 estudantes, somados o polo urbano e a extensão rural de ensino. Os referidos dados nos causam estranheza, baseando-se nos comentários dos professores quando em conversas antes das atividades, e dos próprios estudantes durante as rodas de conversas, quando falam das desistências dos estudantes, conforme observamos na fala de Júlia (2024) sobre a migração escolar dos jovens: “Pra quem quer estudar a tendência é ir embora, né? Agora, pra quem não quer nada da vida, pode ficar aqui mesmo”.

Dessa forma, surge o questionamento: será que por ser uma extensão rural do Ensino Médio, esses dados referentes aos estudantes da Palminha não sofrem distorções quando somados aos estudantes do polo urbano? Ocorrem subnotificações? Sistematizar melhor essas informações, destacando apenas os dados referentes ao ensino na Palminha poderia contribuir de forma positiva para uma melhor compreensão da realidade dos estudantes? Esses questionamentos podem ser objetos de outras pesquisas, mas é importante demarcar que

³ O IDEB mede o índice de desenvolvimento escolar e estabelece as metas para a melhoria da educação básica, por meio de um cálculo com base nos aprendizados dos estudantes em português e matemática extraídos da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da taxa de aprovação e abandono das escolas.

incongruências entre os dados e a realidade material tornam-se um empecilho para construção de políticas sociais efetivas, que atendam de fato as comunidades rurais, uma vez que são esses os dados utilizados pelos gestores das políticas de educação para definir as destinações de verbas ou avaliar a necessidade de aperfeiçoamento da política. Também é válido discutir o comentário da adolescente entrevistada: a escola instalada no povoado Palminha não assegura possibilidades de promoção social?

A partir das rodas de conversa e entrevistas com os estudantes identificamos que o pouco tempo de horas letivas, a falta de professores para ministrar as disciplinas e as precárias condições de infraestrutura do prédio produzem uma desvalorização da escola e da educação ofertada, assim como aponta uma participante:

Para mim, no meu modo de pensar da educação, a gente tem pouco tempo na escola,(...) E tem muito pouca especialização em algumas coisas, por exemplo, aqui são três professores no caso para várias matérias e às vezes tem professor que não vai muito bem naquela disciplina e acaba que a gente fica meio (...) e não aprende. Porque se nem o professor consegue quem dirá a gente, então é difícil, eu acho também que falta material porque o ambiente escolar não é dos melhores - fala gesticulando e indicando a sala- falta muita coisa (EDUARDA, 2024)

Essa e mais algumas outras falas como de João, Marlene e Maria (2024) evidenciam as fragilidades da política educacional nesse contexto de ruralidades e a falta de incentivo relacionada à educação no campo, inclusive na perspectiva do trabalhador, conforme assinala Júlia (2024): “Mas é porque não tem gente, não têm professores que queiram vir dar aula aqui na zona rural, não tem não (...)”; demonstrando também que a distância dos centros urbanos, a ausência de espaços de lazer, ou de acesso a outros bens de consumo afastam os trabalhadores docentes que não se identificam com o modo de vida rural.

Outro entrave é o político-institucional, na medida em que fica inviável economicamente para a instituição manter um quadro maior de professores para um total de 25 estudantes, distribuídos em 3 turmas; o que se torna uma alegação de ausência de demanda. Notamos que a falta de estrutura física e de recursos humanos na citada escola interfere na migração para outros locais, impossibilitando o fortalecimento da educação no campo.

Ferreira (2019) ao retratar o ensino em forma de extensão no assentamento Brejinho na cidade de Miracema, vizinha a Tocantínia, o descreve como um elemento essencial na relação entre escola e comunidade rural. No entanto, a autora enfatiza que essa prática deve superar a simples reprodução do ensino urbano, ir além do ensino tradicional, promovendo um intercâmbio entre a escola e o meio em que está inserido e destaca que essa abordagem é fundamental para garantir que a educação seja um mecanismo de transformação social, contribuindo para a valorização das culturas locais e para o fortalecimento das lutas sociais dos

trabalhadores do campo. No caso dos estudantes do povoado pesquisado, percebemos que o próprio fato de o ensino ser ofertado em forma de extensão, a partir de uma matriz de ensino urbano, e o fato de a escola não ter um prédio próprio na localidade, dificulta a articulação de saberes voltados para a realidade social do campo.

Zangrande (2022), ao realizar um estudo sobre a percepção dos agricultores familiares em relação à educação urbana ofertada para jovens do meio rural, constata que as escolas urbanas, no que se refere ao elemento pedagógico dos currículos, acabam excluindo e desvalorizando o modo de vida rural, atraindo cada vez mais os jovens para as cidades, o que pode ser percebido na frase “(...)quem não quer nada da vida pode ficar aqui mesmo” (Julia, 2024). Souza et al. (2023) também citam essa condição de ensino como promotora do êxodo rural, à medida que o domínio das tecnologias e a ideia de conquista de uma vida melhor torna-se a ideia de uma vida urbana. Tal fato desvaloriza o rural e o trabalho na agricultura, associando-a com a exclusão e com pouca rentabilidade, e, por que não, como algo para quem tem pouco estudo, tal como podemos observar na fala dos adolescentes: “É porque sempre que os filhos vão evoluindo, passando de série, as famílias sempre vão embora, não ficam aqui” (Sofia, 2024); “Aqui na comunidade tem mais é idosos (...) são as pessoas que já moram aqui a bastante tempo e preferem morar na roça do que morar na cidade”(KÁTIA, 2024). Vale destacar que essa migração é multifatorial e atravessada por ausências e dificuldades de acesso, como apontam os estudos de Valadares (2016) e Marcelino e Cunha (2024).

No que se refere ao lazer, o ECA (BRASIL, 1990) e o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) reforçam que ele não é apenas um direito subjetivo, mas também uma ferramenta de promoção da cidadania, integração comunitária e diversidade cultural. No caso dos adolescentes que participaram do nosso estudo, o acesso ao lazer torna-se um processo desafiador, considerando que no território tem apenas um campo de futebol como política voltada para o lazer. E como dito pelas adolescentes ao falarem sobre o futebol: “as meninas ficam só na torcida”; “Só os homens jogam”; “Só futebol, não tem outra coisa de diferente ali no campo” (MARIA; JOANA; KÁTIA, 2024), evidenciando que há um recorte de gênero no acesso a esse esporte na comunidade. O adolescente João (2024) ao ser perguntado sobre os maiores desafios enfrentados pela população jovem na localidade, fala: “Falta de emprego e lazer mesmo. Aqui é muito difícil”. Foram descritos como possibilidades de lazer os banhos em cachoeiras e rios e frente a esse cenário de ausência, o uso de bebidas alcoólicas como forma de diversão.

Silva e Menezes (2016), ao explorarem os significados atribuídos ao uso de álcool entre jovens de comunidades quilombolas no município de Garanhuns- PE, concluíram que aqueles

jovens recorriam ao uso de álcool por diversos motivos, dentre eles: a socialização, rompimento de tensões emocionais e enfrentamento de dificuldades cotidianas e por se tornarem uma expressão de lazer em locais onde há uma ausência significativa de opções recreativas que visam o bem-estar juvenil. Ainda segundo as autoras, os significados atribuídos a esse consumo sofrem uma influência de questões relacionadas à interseccionalidade de raça, gênero e classe social.

Essa situação também foi percebida entre os adolescentes do povoado Palminha, conforme notado nos relatos: “(...) é só pra curtir só, mas têm alguns que com duas dosinhas já ficam doido” (JÚLIA, 2024). “Tudo que tiver álcool, tudo que tiver álcool nós estamos bebendo” (JOÃO, 2024). Os adolescentes ao se referirem às drogas ilícitas manifestaram que não fazem uso de outras drogas, mas reconhecem que elas estão presentes na comunidade: “Tem, em todo lugar tem, né?”. “Escondido, mas tem, num é esses pesado, não, é só um ou outro”. “Mas todo mundo sabe, né? Num é esses escondidos assim também não” (SOFIA; JOÃO; JULIA, 2024).

Quando Del Priore (1991) apontou que os filhos da classe trabalhadora nunca gozaram dos privilégios de acesso à educação de qualidade e lazer por estarem inseridos em condições de trabalhos adversas, com jornadas longas e exaustivas, ela apontou uma realidade que também se materializa nessa comunidade pesquisada:

Desde sempre eu trabalho (...)Acho que desde os meus 10 anos eu trabalho em roça. E com cerca também. (...) Nos pastos aí, roçando juquira, de tudo um pouco fazia (...) E é muito esforço da gente chegar aqui cansado. Eu, nessa rotina que eu tenho, eu já estou cansado imagina antes, mal conseguia assistir aula; Eu tiro leite e quando é pra apartar no curral eu vou lá e aparto eles. De vez em quando ajudo o meu tio também no curral, quando é para levar o gado pra vacinar, essas coisas; coisas de casa, dona de casa mesmo, ou às vezes ajudar meu pai com serviços de fora, a mexer com gado, fazer cerca (JOÃO; MARIA; KATIA, 2024).

Sandra e Joana que participaram da roda de conversa também trabalham, respectivamente, como babá e doméstica. Essa materialidade dá sinais do que Del Priore (1991) caracteriza como ciclo de pobreza, considerando que esse jovem não tem acesso à educação formal e oportunidades de lazer, tornando a mobilidade social, por meio da educação, extremamente difícil; impedindo que o jovem encontre outras maneiras de se desenvolver no campo e mude sua realidade social. Assim como aponta Marcelino e Cunha (2024), os jovens rurais são particularmente mais suscetíveis a um contexto de pobreza intergeracional. Segundo as autoras, essas condições evidenciam privações em áreas como educação, saúde e saneamento básico, o que afeta desproporcionalmente os jovens de áreas rurais, limitando as oportunidades de crescimento pessoal e profissional, reforçando ciclos de exclusão social.

No que tange ao acesso à profissionalização, os adolescentes verbalizam que não há nenhuma oferta no povoado e município de Tocantínia, conforme segue: “Não, eu acho que não, eu acho que em Aparecida deve ter, nas outras cidades deve ter” (JOÃO, 2024). “Tem que ir pra Palmas. Aí só quando terminar os estudos aqui. Aí vai pra Palmas investir nos estudos mesmo” (JÚLIA, 2024). Segundo Zangrande (2020) e também de acordo com o Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO; 2015–2025), essas dificuldades de acesso à profissionalização poderiam ser supridas por meio da pedagogia da alternância, que é a articulação entre o tempo de escolarização e o trabalho na propriedade. A pedagogia da alternância permitiria aos educandos o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, problematizando e experimentando esse conhecimento em suas propriedades, promovendo um diálogo entre gerações e possibilitando também que esses jovens encontrem novas soluções para problemas do cotidiano rural.

Outra forma de contornar essa problemática seria a possibilidade do poder público trazer para a comunidade cursos profissionalizantes que dialoguem com os projetos de vida e a realidade da juventude ali presente, pois Maria (2024) ao falar sobre cursos faz o seguinte comentário: “Meu sonho, que é o que mais me vejo assim é mexer com as máquinas de agronomia”. João (2024) complementa: “Eu pretendo, depois de terminar o terceiro ano, ir pra cidade arrumar um emprego melhor, fazer faculdade e depois eu pretendo voltar, porque eu não gosto muito de cidade não”. Assim como registrado na fala do João, alguns desses jovens têm o desejo de permanecer e se desenvolver no campo, só que na atual situação eles acabam migrando para a cidade em busca de emprego.

Souza, Bergamasco e Lima (2017) discutem essa relação entre juventude camponesa e subemprego vivida pelos jovens do Vale do Juari - Tocantins. As autoras destacam que esses jovens estão inseridos em um contexto de transformações no meio rural, marcado por desafios relacionados à precarização do trabalho e à falta de oportunidades. Essa falta de perspectivas no mercado de trabalho local pode levar os jovens a migrarem para áreas urbanas, muitas vezes são levados a aceitar condições de subemprego ou trabalhos informais, devido à carência de políticas sociais internas para a capacitação e geração de renda, tal como verificamos no relato abaixo:

(...)Agora eu não sinto vontade de sair daqui não, mas quando eu for de maior e tiver alguma coisa em mãos, que eu possa trabalhar lá fora, aí sim. Porquê pra mim sair daqui sem nada, sem um estudo, sem uma fonte de renda, também não adianta, vou passar a necessidade lá fora? Aí não adianta (JULIA, 2024).

Nessa fala, é possível notar que mesmo com uma presente identificação com o campo existe uma falta de perspectiva em relação a se desenvolver profissionalmente e

permanecer nele. Nesse sentido, “a expectativa de geração de renda, o fortalecimento de políticas sociais para o meio rural e o apoio a iniciativas locais são condições fundamentais para projetar o modo de vida camponês como herança não só possível, mas também viável” (SOUZA; BERGAMASCO; LIMA, 2017, p.322), mitigando assim o impacto do subemprego e promovendo a inclusão produtiva dos jovens no meio rural.

Quanto às políticas de saúde, os jovens narram o difícil acesso: “Quando precisa de hospital (...)a gente vai para Aparecida ali, sempre é para Aparecida, aí quando eles não resolvem mandam para Palmas” (MARIA,2024). “Na época que passei mal, minha mãe ligou pro carro da saúde, quando ele foi chegar lá em casa eu já tava em Miracema, (...) toda vez que Acontece algo, (...) se a pessoa não se desdobrar é caso de morrer” (SOFIA, 2024). Oliveira do Ó et al. (2014), ao realizarem um estudo sobre as condições de acesso à saúde enfrentadas pelas populações assentadas em Pernambuco, identificaram que a distância entre os assentamentos e as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) é um dos maiores desafios, agravado pelas más condições das estradas e pela falta de transporte público adequado, tal qual observamos no interior do Tocantins e nessa pesquisa propriamente dita, conforme já descrito.

Além disso, para as autoras supracitadas, existem também barreiras institucionais, com destaque para falta de acolhimento nas unidades básicas de saúde e a ausência de comunicação eficaz entre os profissionais de saúde e a comunidade. Essa falta de comunicação e falha no cuidado em saúde também foi relatada por um adolescente participante com diagnóstico de leucemia, que verbalizou a seguinte situação: “Tem até um postin ali, mas ele fica aberto só de manhã, das sete e meia até as onze, aí é até difícil pra marcar uma consulta. Eu mesmo estou com a consulta, já tem duas semanas que já pra ter ido e sempre adiando, adiando, adiando” (JOÃO, 2024).

Por todo o exposto, ficou evidente que os jovens que vivem nos contextos de ruralidades têm muita dificuldade de acesso às políticas públicas, o que acaba corroborando para a não vinculação com o campo, por parte de alguns, e dificulta a manutenção das culturas tradicionais.

3.3 Projetos e singularidades da juventude rural

Pensar os projetos de vida desses jovens é pensar também a forma que os discursos que os circundam os constituem, assim como aponta Aguiar et al (2002) e Manzano (2009), ao propor pensar o sujeito a partir da processualidade, de um vir a ser e não como algo cristalizado. Ao serem questionados sobre os projetos de vida, Sofia (2024) destaca que pretende ir para a capital de um outro estado, para estudar e trabalhar e ao ser perguntada se pretende voltar para

a comunidade depois da faculdade responde: “Não, ninguém quer voltar pra Palminha”, confirmando a afirmativa de Ferreira (2019) e Moreira (2005) quanto à dicotomia entre rural e urbano permanecer inalterada, sendo influenciada pelos ideais iluministas, que sugerem um caminho de desenvolvimento direcionado unicamente às culturas ditas civilizadas. No entanto, quando esses jovens apresentam o desejo de permanecer no campo se deparam com a falta de perspectiva de trabalho, do difícil acesso às políticas de saúde, educação, lazer e principalmente a ideia de desvalorização; o que reafirma a ideia de atraso relacionada ao meio rural.

Apesar do exposto, as benesses de se viver no campo são reconhecidas pelos participantes do nosso estudo, conforme segue: “(...) aqui pode ser ruim em vaaaarias coisas, pode ter vários defeitos, mas aqui tem várias qualidades também, aqui é bom” (JÚLIA E KÁTIA, 2024) e passam a trazer vários pontos positivos de se viver no campo, tais como: uma vida tranquila, sem violências, com liberdade de se andar no horário que quiser, de ouvir música até mais tarde sem incômodo da polícia. Quando questionadas se essa tranquilidade não as incomoda, falam: “(...) nois caça um lugar pra nós se divertir. Junta todo mundo aí vai pro rio para banhar, vai comer manga verde com sal (...)”, evidenciando um jeito singular de se descontraír, que só a vivência no meio rural pode proporcionar.

Em razão desse modo de vida singular, não é estranho quando Maria (2024) fala: “Do jeito que eu estou vivendo a minha vida, eu tô achando bom demais”, mesmo a família estando em uma situação de miséria e desemprego. Apesar da dura realidade, prevalece o desejo de ficar junto à família no campo, sonhando em ter sua própria fazenda e nela se desenvolver. Essa posição reflete o desejo de preservação não apenas do território, mas também aponta a relação dos jovens com a cultura, o trabalho e a própria terra como um fator determinante na reprodução dos valores subjetivos. Isso porque, “a terra é matriz por sua relação com o trabalho e por ser espaço não só de produção, mas também de existência humana, cultura, valores, resistências e tudo mais que a constitui como espaço de vida” (SILVA, 2015.p 33).

No entanto, há uma dualidade nesses pequenos sinais de resistência. A maior identificação apresentada por esses jovens é relacionada ao mundo do agronegócio, principalmente no que diz respeito a fazer curso superior, sendo que grande parte deles desejam a agronomia enquanto profissão, sem se dar conta do quanto esses cursos podem ser elitizados e pouco conversam com as suas realidades, assim como reconhece João (2024): “(...) até porque agronomia é plantar, né? E aqui a terra é muito ruim. Muito seca (...)”, dessa forma deixam de ver outras atividades relacionadas à sua localidade, como, por exemplo: a agricultura familiar e a necessidade de profissionais de saúde e de professores, cargos apontados por eles marcados

com muita rotatividade, pelo fato de os profissionais da cidade não se adaptarem ao modo de vida no campo.

Segundo Souza, Bergamasco e Lima (2017) e Valadares (2016), a lógica capitalista exerce esse impacto significativo na vida dos jovens rurais, sobretudo ao desarticular práticas tradicionais de subsistência e sociabilidade das famílias camponesas. Essa lógica, ao provocar uma identificação somente com a riqueza e o desenvolvimento dos grandes conglomerados rurais, contribui para a proletarianização das famílias camponesas, obrigando os jovens a se adaptarem às demandas do mercado urbano ou a aceitarem posições subalternas no campo, à medida que os que ficam no campo e não encontram outras formas de se desenvolver no trabalho com a terra, encontram como saída de sobrevivência trabalhos como juqueiro⁴, vaqueiro⁵, construtor de cerca e ficam a mercê da desvalorização da sua mão de obra perante os empregadores.

Consequente a isso, durante as entrevistas foi percebido uma ausência de identificação com as pautas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que propõe as suas diretrizes para a juventude rural, centradas na luta pela permanência no campo com condições dignas de vida, por meio, por exemplo, de programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que visa fortalecer a identidade dos jovens enquanto sujeitos políticos e agentes de transformação social, para que os mesmos estejam à frente do enfrentamento às desigualdades estruturais que os afetam.

É importante destacar que essa juventude não está se desenvolvendo alheia às condições de sua realidade, uma prova disso é que eles são capazes de identificar coisas que trariam uma qualidade de vida para a comunidade. Ao ser questionada sobre o que poderia trazer melhorias, Kátia (2024) fala: “Asfalto não, mas um bloquete ia ser melhor, porque se for pra botar asfalto, ia derrubar todas as casas que estão aqui”, demonstrando uma preocupação com as casas do povoado que são construções de barro e caíam à medida que as máquinas pavimentadoras de asfalto fossem compactando e vibrando o solo; o que traria mais transtornos do que benefícios à vida das pessoas. Ressaltam a necessidade de:

Um postinho de saúde aqui mesmo. Só pra cá. (...) Uma lanchonete pra gente lanchar de vez em quando; Melhorar o acesso de cursos pra cá também ; Eu acho que seria mais interessante abrir outra coisa de jogos, pra jogar, fazer um parque para as crianças mesmo. Aqui tem muito menino pequeno, seria legal. Aí tem outros alunos, colega

⁴ Juqueiro: termo popularmente usado para descrever uma pessoa que trabalha roçando juquia, que são tipos de plantas que atrapalham o desenvolvimento das pastagens de capim. Essas pessoas geralmente se utilizam de foices, facões e machados para realizar essas atividades.

⁵ Vaqueiro: termo popularmente usado para descrever a pessoa que trabalha cuidando do gado na propriedade de um outro proprietário.

meu também que não joga futebol, seria legal fazer um de basquete, ou de vôlei mesmo. E seria legal porque entreteria a gente, né? Que aqui não tem recurso de nada mesmo, fica aqui não tem nada pra fazer, a não ser trabalhar (SANDRA ; KÁTIA ;JOÃO, 2024).

Tais relatos denotam uma preocupação e consciência das dificuldades enfrentadas por toda a comunidade. No entanto, há um descolamento dos significados dessas necessidades e do seu poder de mudança enquanto coletivo de luta por acesso aos direitos. Identificamos uma falta de articulação entre os jovens, necessária para organizar os movimentos sociais em prol da luta pela terra e dignidade na vida no campo. Tal como apregoa o capital, impera a fragmentação e o individualismo, conforme pode ser observado abaixo:

Os jovens daqui a maioria não são unidos, porque aqui a gente só conversa, a amizade lá fora a gente não tem não. Eu mesmo sou difícil de ver os outros aqui, só na escola mesmo, eu vejo mais é durante a semana. Aqui ninguém pode chamar ninguém de amigo não (JÚLIA; JOÃO; MARIA,2024).

Castro (2017) aponta que a coletividade é uma ferramenta indispensável para a consolidação de identidades políticas com força de negociar com o poder público e requerer pautas que atendam as demandas sociais e ambientais de suas comunidades. Essa autora quando desenvolve seu estudo sobre os movimentos sociais da juventude rural dialoga diretamente com as necessidades dessas comunidades, ao demonstrar que quando se organizam em conselhos, fóruns e outros movimentos, os jovens são capazes de defender interesses comuns, e também de buscar modelos de desenvolvimento sustentável que valorizem seus modos de vida e a cultura local. Dessa forma, fica evidente a necessidade que esses jovens passem primeiro a se verem como sujeitos ativos e busquem uma integração enquanto coletivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não pretendeu esgotar o debate acerca dos processos que constituem o desenvolvimento da juventude no meio rural, mas sim promover o debate sobre como os determinantes sociais e os acessos ou não às políticas sociais podem impactar na perspectiva desses jovens em relação ao próprio futuro.

Uma das primeiras coisas a serem percebidas foi o avanço do capitalismo sob a expressão do agronegócio, margeando a comunidade nas áreas degradadas prontas para receberem as grandes plantações de soja. Essa expressão também está entrelaçada nos processos de construção das políticas sociais ofertadas à população rural, à medida que o agronegócio se coloca como única saída para a sobrevivência no campo, principalmente frente ao não acesso às políticas sociais, corroborando com a ideia de ausência de direitos.

O principal desafio na garantia dos acessos perpassa a construção de uma educação que esteja voltada para a promoção do desenvolvimento local. O ensino em extensão pode ser considerado um marco na garantia de uma educação dentro do território, tendo em vista que em outras épocas esses jovens seriam levados de suas comunidades até a cidade para assistir às aulas, todos os dias, o que representava uma dificuldade maior ainda no acesso a esse direito, principalmente para comunidades tão distantes como no caso de Palminha e dos assentamentos ao redor. Apesar dessa conquista, é preciso refletir sobre como a oferta nesses moldes vem contribuindo de fato para o desenvolvimento desses jovens nessa comunidade. Até que ponto ela contribui para que o jovem permaneça e se desenvolva na sua localidade? Ou será que nesses moldes a educação está apenas a serviço do capital, na geração de mão de obra barata para uma sociedade já abarrotada de desigualdades sociais?

Partindo desse pressuposto, a obtenção de um prédio próprio para o Ensino Médio já se tornaria um grande passo na construção dessa ligação com a comunidade, à medida que ali poderia ser implantado um modelo de escola agrícola que funcionasse junto com o ensino formal. Assim, os estudantes poderiam aprender a desenvolver outras atividades como criação de aves, ovinos, caprinos, desenvolvimento da apicultura, da horticultura e também de agroflorestas. Desenvolver essas atividades de forma rentável, aliando conhecimento técnico, ambiental e cultural, causaria um impacto positivo na economia, no desenvolvimento das localidades e também subjetivo, visto que os jovens passariam a enxergar a comunidade como local de possibilidades de desenvolvimento.

Outro impacto positivo nessa proposta seria a ampliação das vagas de trabalho, já que seria necessário aumentar o quadro de professores e técnicos da escola, possibilitando assim a

criação de novos empregos para serem ocupados pela comunidade e melhores condições de trabalho para os professores que atualmente se distribuem de forma precária, para garantir o básico de orientação para seus alunos.

O acesso à saúde, aos esportes, como forma de lazer e a correlação direta dessas duas políticas como garantia de qualidade de vida, também se mostrariam de suma importância para a garantia de um desenvolvimento pleno. No entanto, se considerarmos que estamos cada vez mais imersos em uma sociedade que reforça a exploração do homem pelo homem, a banalização do sofrimento e a naturalização do abandono, é possível dimensionar o tamanho das barreiras que precisam ser enfrentadas para a construção de uma vida mais digna para essa juventude.

Essa alienação ao modo de produção/exploração agroindustrial ou urbano, proveniente de um mundo cada vez mais globalizado, promove uma incompreensão, que faz parte de uma engrenagem nesse modo de produção capitalista, produzindo sujeitos passivos frente à ausência do Estado, fazendo com que haja uma naturalização das condições que lhes são impostas, sem perceber o quanto essas condições são construídas. Devido a isso, os enfrentamentos e resistências só ganharam forças, a partir da coletividade.

Essa pesquisa, assim como outros trabalhos aqui referenciados, traz um recorte na vida desses jovens, buscando desvelar as dificuldades por eles enfrentadas no acesso a seus direitos. Nesse processo outras perguntas de pesquisa foram surgindo, a exemplo: Qual a representatividade dos dados governamentais, referentes às escolas rurais quando comparados com a materialidade? Quais os significados da prática de esportes para quem vive no campo? Quais os desafios enfrentados pelos assentamentos sem terra na implementação das políticas sociais? Qual o impacto emocional desses processos de saída do campo nos jovens que já se estabeleceram nas cidades? Essas questões podem apontar para estudos futuros que contribuam para o fortalecimento das pessoas do campo no acesso aos seus direitos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. Orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (Org.). *Adoecimento e sofrimento psíquico: a psicologia sócio-histórica em análise*. São Paulo: Cortez, 2002.

BANGO, J. Política de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Org.). *Políticas públicas de juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BOCK, A. M. B. *As aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia*. São Paulo: EDUC; Cortez, 2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *Assentamentos da reforma agrária*. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *Superintendência Regional 26 – Tocantins*. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/S.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. *Estatuto da Juventude*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 17 out. 2024.

CAMARGO, A. História oral e política. In: FERREIRA, M. M. (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 75–99.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Revista Ciência Social*, v. 45, p. 193–212, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734/17809>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DEL PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

FERREIRA, A. S. *Capitalismo e educação: o dito e o feito em educação do campo no município de Miracema do Tocantins*. 2019. 109 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2019.

FERREIRA, L. S. *Juventude contemporânea no contexto da ruralidade: um estudo sobre jovens estudantes de Bela Vista de Goiás*. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/5cc591c8-9a52-41eb-9e0b-96afadfffeaaa>. Acesso em: 21 ago. 2024.

GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1983.

IBGE. *Censo Demográfico 2022: malha de setores censitários – classificação das localidades: definição de povoado*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 8 jul. 2024.

IBGE. *Cidades e Estados – Tocantínia*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/tocantinia/panorama>. Acesso em: 8 jul. 2024.
JACCOUD, L. *Proteção social no Brasil: debates e desafios*. Brasília, DF: IPEA, 2007.

MARCELINO, G. C.; CUNHA, M. S. Pobreza multidimensional no Brasil: evidências para as áreas rurais e urbanas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 1, e266430, 2024.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 8, n. 2, p. 110–117, 2009.

MELLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 26–32, 2007.

MENDONÇA, M. H. M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, supl., p. 113–120, 2002.

MONTE-MÓR, R. L. M. O que é o urbano, afinal? In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (Org.). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 329–349.

MOREIRA, R. J. Pensando o rural na modernidade e nos nossos tempos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 103–123, 2005.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Juventude pressiona pela aprovação do PL da sucessão rural (PL nº 9.263/2017)*. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/04/30/juventude-pressiona-pela-aprovacao-do-pl-da-sucessao-rural-9263-2017/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

OZELLA, S. *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA DO Ó, D. M. S.; SANTOS, R. C.; SOUZA, F. O. S. Barreiras de acessibilidade à atenção básica em assentamento em Pernambuco, Brasil, sob a ótica de camponeses, profissionais de saúde e gestão. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, e00072322, 2022.

OLIVEIRA, V. F. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. *História Oral*, Recife, v. 8, n. 1, p. 92–106, jan./jun. 2005.

PEREIRA, P. A. P. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

ROCHA, W. P. *Ruralidade e desproteção social: um retrato da comunidade do Ribeirão Chupé*. 2021. Trabalho de conclusão de curso – Município de Miracema do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2021.

RIBEIRO, W. C. *Geopolítica da fome e da terra no Brasil: questões sobre a reforma agrária e concentração fundiária*. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, F. R.; SILVA, A. M. Fechamento das escolas rurais e transporte escolar no município de Morrinhos/GO. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 7, n. 21, p. 23–42, 2016.

SANTOS, S. M.; ARAÚJO, O. R. História oral: vozes, narrativas e textos. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 6, p. 191–201, 2007.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. Os significados do uso de álcool entre jovens quilombolas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 14, n. 1, p. 493–504, 2016.

SOUZA, A. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; LIMA, E. A. Estratégias de reprodução social camponesa: o poder de resistência da juventude rural no Vale do Juari, Tocantins. *Retratos de Assentamentos*, v. 20, n. 1, p. 307–326, 2017.

SOUZA, S. C. de et al. Expectativas: o contexto da juventude rural no Brasil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., 2023, Vitória. *Anais...* Vitória: ISSN, 2023. v. 1, p. 1–14.

SPOSITO, M. E. B. Urbanização e cidade: questões de conceito e análise. In: CARLOS, A. F. A.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2006.

QEDU. *Colégio Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva*. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/170-colegio-estadual-batista-professora-beatriz-rodrigues-da-silva/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

VALADARES, A. A. *O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais*. Brasília, DF: IPEA, 2014.

VALADARES, A. A.; FERREIRA, B.; LAMBAIS, G. B. R.; MARTINS, L. R.; GALIZA, M. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Org.). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília, DF: IPEA, 2016. p. 59–94.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

ZANGRANDE, H. J. B.; GODOY, C. M. T.; CAMPOS, J. R. R.; TEIXEIRA, E. S. Educação rural: um olhar sobre a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino, PR. *Interações* (Campo Grande), p. 363–378, 2022.

APÊNDICE A – Entrevista semiestruturada

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Parte 1: Identificação do participante

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Onde você mora?
4. Em qual escola você estuda?
5. Em qual série você estuda?

Parte 2: Vivência no Meio Rural

6. Como você descreveria sua experiência de vida no meio rural? (Por favor, relate pontos positivos e desafios enfrentados.)
7. Quais atividades agrícolas ou não agrícolas que você e sua família praticam na sua comunidade rural?
8. De que maneira o meio rural influencia seu estilo de vida, escolhas de estudo e perspectivas de futuro?
9. Quais são os maiores desafios enfrentados pela juventude em sua comunidade rural (ex: emprego, educação, lazer) ?
10. Você vê o meio rural como um espaço com boas oportunidades de crescimento pessoal e profissional? Por quê?

Parte 3: Políticas Públicas e Acesso

11. Como vocês acessam as políticas públicas (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer, trabalho)? Precisa ir para a cidade?
12. Você tem conhecimento sobre programas ou políticas públicas voltadas para a juventude rural? Se sim, quais?
13. Na sua opinião, as políticas públicas atuais atendem às necessidades dos jovens em áreas rurais? Explique.
14. Existe algum programa de apoio ao jovem empreendedor rural em sua comunidade? Você já participou ou conhece alguém que tenha participado?

Parte 4: Futuro e Expectativas

15. Quais são suas expectativas e planos futuros em relação à sua vida no meio rural?
16. Você pretende continuar na área rural ou ir para a cidade?
17. O que você acredita que deveria ser feito para melhorar a vida dos jovens rurais em sua região?

Tem mais alguma coisa que quer me contar que não perguntei?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Juventudes em contextos de ruralidades: análise a partir da psicologia sociohistórica.

Macroprojeto: Políticas sociais e a garantia de direitos: análises a partir da história

Pesquisadora responsável: Dra. Juliana Biazze Feitosa

Equipe de pesquisa: Samuel Silva Miranda

Telefone: (45) 99942-8785 – Pesquisadora Responsável (63) 992239882 – Equipe de pesquisa.

Convidamos o (a) senhor (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa Juventudes em contextos de ruralidades: análise a partir da psicologia sócio-histórica, que faz parte do macroprojeto de pesquisa intitulado: Políticas sociais e a garantia de direitos: análises a partir da história, coordenada pela Prof.^a Dra. Juliana Biazze Feitosa, vinculada à Universidade Federal do Tocantins - Campus Miracema - Curso de Psicologia. O objetivo da pesquisa é analisar como ocorre o processo de desenvolvimento das juventudes em contextos rurais, quanto ao acesso às políticas de saúde, educação e lazer e sua relação com as perspectivas para o futuro desses jovens, observando se essas políticas têm de fato colaborado para universalização e garantia de direitos e melhoria das condições de vida da população. A relevância da pesquisa se dá pelo fato de as políticas sociais serem necessárias para minimizar os efeitos da desigualdade social e no atual momento adquirem extrema relevância, considerando invisibilização do sofrimento das minorias, o desmonte que vêm sofrendo, a falta de investimento financeiro e a privatização dos serviços públicos. Informamos que o projeto da referida pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética CAAE 47991721.3.0000.5519. Conforme a Resolução CNS N° 466 de 2012 do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Será muito importante a sua participação na pesquisa pelos motivos expostos e essa se dará por meio de rodas de conversas e entrevistas. A roda de conversa ocorrerá em horário de comum acordo com a escola, estudantes e pesquisadores. A entrevista será previamente agendada, de acordo com a sua disponibilidade do estudante. Sua participação é totalmente voluntária, o que possibilita a recusa em participar, ou mesmo desistir a qualquer momento,

sem que isto acarrete qualquer prejuízo. Ao aceitar participar, será respeitado o sigilo profissional postulado no Código de Ética de Psicologia e todas as diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde que tratam das pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais (RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 e RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016). Esclarecemos que os participantes da pesquisa serão identificados com nomes fictícios, garantindo que não haja qualquer forma de reconhecimento por terceiros. As informações coletadas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, tratadas com absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. O material resultante da gravação da entrevista e a sua transcrição será guardado em local seguro, de acesso apenas ao entrevistador e/ou pesquisador responsável. Apesar de todo o rigor descrito, cabe-nos informar que a participação na pesquisa envolve alguns riscos, a saber:

1. O participante pode se sensibilizar ao relatar a sua condição de vulnerabilidade social e dificuldade para acessar os direitos sociais, bem como o mesmo ocorre com os profissionais das políticas públicas, ao manifestarem os desafios vividos em seu cotidiano profissional
2. Durante a realização da entrevista o participante da pesquisa pode apresentar desconforto ao expor sua história e experiência, desencadeando memórias negativas, medo, vergonha, constrangimento, receio de revelar informações, sentimento de invasão de privacidade, entre outros sentimentos que podem ser despertados, sendo respeitado os limites impostos pelo participante da pesquisa;

A fim de minimizar os riscos citados, as entrevistas serão realizadas de forma acolhedora, amparando-se nos pressupostos da ciência psicológica, que tem como expertise o manejo do sofrimento psíquico, colaborando para a resignificação das condições e do projeto de vida, a partir do acolhimento incondicional e das demais práticas de cuidado. O participante da pesquisa terá total apoio da equipe de pesquisadores e caso algum risco se materialize a pesquisadora responsável fará atendimentos psicológicos com o participante e se a situação persistir por um período maior realizará os encaminhamentos para os serviços de saúde que o caso requeira. Em caso de sofrer algum dano comprovadamente decorrente da pesquisa, o participante terá direito à indenização. Visando a segurança e confidencialidade dos dados, uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador responsável fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Os benefícios desta pesquisa para você e a sociedade como um todo serão a produção de conhecimentos para qualificar a execução das políticas públicas e com isso, abre a possibilidade de melhoria das condições de vida da

população. Concluída a pesquisa, o participante tem a garantia de acesso aos resultados, sendo tarefa dos pesquisadores encaminhá-los. O pesquisador estará à disposição para tirar dúvidas quanto aos procedimentos envolvidos na pesquisa. Este termo deverá ser preenchido manualmente em duas vias de igual teor e assinado pelas partes, sendo uma via entregue a você e a outra ficará de posse do pesquisador. Destacamos que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Reforçamos que o (a) senhor (a) não pagará e nem receberá pela participação no estudo.

Eu,.....declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar voluntariamente da pesquisa coordenada pela professora Dra. Juliana Biazze Feitosa,
 _____ Assinatura do entrevistado(a)

Data:/...../.....

Eu, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

 Assinatura do pesquisador e RG

Data:/...../.....

Qualquer dúvida com relação à pesquisa será esclarecida com a pesquisadora: Nome: Juliana Biazze Feitosa, no endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, Cep: 77650-000. Telefone/e-mail: (45) 99942-8785, Juliana.biazze@mail.uft.edu.br. Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa será esclarecida com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, no endereço abaixo: ALMOXARIFADO CÂMPUS DE PALMAS, Telefone (63) 3229-4023, e-mail: cep_uft@uft.edu.br.